



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 973, DE 2023.

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para tornar obrigatório o fornecimento de medicação para a os pacientes com transtorno do espectro autista no Sistema Único de Saúde (SUS).

Autor: Deputado Saullo Vianna

Relator: Deputado Zé Haroldo Cathedral

I – RELATÓRIO

O projeto altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que trata sobre a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA, para acrescentar a disponibilização de medicamentos, prescritos por profissional médico, pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

O autor justifica a necessidade do fornecimento de fármacos pelo SUS em decorrência das dificuldades enfrentadas pelos familiares para a aquisição dos medicamentos, que acabam prejudicando o desenvolvimento e a melhora da pessoa com TEA.

Nesse contexto, o projeto é indispensável para preservar o tratamento adequado e com qualidade ao público em comento.

O projeto não possui apensos.

O projeto de lei em análise foi distribuído à Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CPD, à Comissão de Saúde – CSAUDE, à Comissão de Finanças e Tributação – CFT (Art. 54, do RICD) e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC (Art. 54, do RICD), no qual compete a esta Comissão apreciar todas as matérias atinentes às pessoas com deficiência, nos termos do disposto no inciso XXIII, do art. 32, do Regimento Interno desta Casa.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

O presente projeto está sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões, conforme artigo 24, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e possui regime de tramitação ordinário, de acordo com o artigo 151, inciso III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Cabe a esta Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência a análise de *“todas as matérias atinentes às pessoas com deficiência”*, consoante artigo 32, inc. XXIII, alínea “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Pois bem, o projeto propõe a disponibilização de medicamentos, que forem prescritos por profissionais médicos à pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA, pelo Sistema Único de Saúde – SUS, assegurando o tratamento adequado ao paciente.

Como é de conhecimento, o Transtorno do Espectro Autista é um distúrbio de neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades na comunicação, socialização e comportamento limitado e repetitivo. O tratamento da pessoa com TEA é multidisciplinar, composto, em regra, por diversas terapias e o uso de fármacos próprios para auxiliar no seu desenvolvimento.

Contudo, verificou-se a dificuldade dos familiares da pessoa com autismo na aquisição dos medicamentos, seja pelo alto custo, pelo obstáculo no acesso ao remédio ou, simplesmente, pelo impedimento de localização, o que prejudica o avanço do tratamento e minora a qualidade de vida da pessoa com essa deficiência, prejudicando, também, indiretamente seus familiares.

Nesse sentido, visando proporcionar os direitos às pessoas com Transtorno do Espectro Autista, assegurar o tratamento prescrito pelo profissional médico, bem como garantir o pleno progresso da pessoa com autismo, a aprovação do presente projeto de lei é fundamental.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Por fim, visando aperfeiçoar o texto, sem modificar o escopo do projeto, propomos texto substitutivo para realizar algumas adequações necessárias.

Com base em todo o exposto, levando em consideração as competências desta Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência para deliberar sobre o mérito e diante da grande relevância da presente proposta, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 973, de 2023, na forma do Substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 2023.

Deputado Zé Haroldo Cathedral
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 973, DE 2023.

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, para tornar obrigatório o fornecimento de medicação para os pacientes com transtorno do espectro autista no Sistema Único de Saúde (SUS).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a alínea “d” do inciso III do artigo 3º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que “Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990”, para dispor sobre a disponibilização de medicamentos prescritos à pessoa com Transtorno do Espectro Autista pelo Sistema Único de Saúde.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.3º.....
.....
III -
.....
.....
d) os medicamentos prescritos por profissionais médicos, em rede pública ou privada, serão disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde - SUS, conforme regulamentação do poder executivo.
..... ” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 26 de setembro de 2023.

Deputado Zé Haroldo Cathedral
Relator

